

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Brasil Varejista S.A. (CPFL Brasil Varejista) submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfll.com.br/ri.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2016		31/12/2015	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.207	4.125		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.226	—		
Tributos a compensar	7	212	75		
Outros créditos	8	28	—		
Total do circulante		2.672	4.200		
Não circulante					
Créditos fiscais diferidos	9	1	18		
Outros créditos	8	2.386	—		
Intangível		66	71		
Total do não circulante		2.452	90		
Total do ativo		5.124	4.290		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	Capital social	Reserva de lucro		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Reserva de lucro	Dividendo		
Resultado abrangente total	10	—	—	—	10
Lucro líquido do exercício	—	—	—	135	135
Mutações internas do patrimônio líquido					
Constituição da reserva legal	—	7	—	(7)	—
Transações de capital com os acionistas					
Aumento de capital	4.000	—	96	(126)	3.968
Dividendo adicional proposto	—	—	—	(32)	4.000
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.010	7	96	(96)	4.113
Resultado abrangente total					
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	(562)	(562)
Mutações internas do patrimônio líquido					
Reversão da reserva legal	—	(7)	—	7	—
Transações de capital com os acionistas					
Dividendo adicional proposto	—	—	(96)	—	(96)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.010	—	—	(555)	3.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Brasil Varejista S.A. ("CPFL Brasil Varejista" ou "Companhia") é uma sociedade por ação de capital fechado constituída em 2 de dezembro de 2014 (data de constituição da Companhia), que tem por objeto a comercialização de energia; a intermediação da compra e venda de energia de terceiros; a representação de agentes com participação facultativa junto ao operador do mercado de energia elétrica (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), para fins de assunção das obrigações relativas à modelagem operacional; contabilização, liquidação financeira e demais obrigações vinculadas às transações comerciais; a prestação dos serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, inclusive o assessoramento estratégico, institucional e financeiro para possíveis compradores e vendedores de energia elétrica, bem como para outras entidades atuantes no setor elétrico nacional e internacional; a terceirização de serviços relacionados com energia incluindo, mas não limitando, a operação, a manutenção e o monitoramento de sistemas de medição do consumo em tempo real dos ativos de energia de clientes, bem como a contratação e administração de terceiros, a construção, operação e manutenção de parques geradores de energia, por meio de equipe própria ou de terceiros, e a comercialização de títulos e certificados derivados de atributos da energia comercializada, vinculados ou não ao contrato de compra e venda de energia. A Sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Bloco II - térreo - sala 01 - Parque São Quirino - Campinas - SP - Brasil. A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil") detém 100% do seu capital social.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 20 de março de 2017. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias; • Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos; • Nota 15 - Custo com energia elétrica; • Nota 20 - Instrumentos financeiros. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Instrumentos financeiros - Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **- Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **- Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis a emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.2 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares. **3.3 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.4 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. **3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais que já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.6 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41. **3.7 Novas normas e interpretações adotadas:** Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016: a) **Alterações ao CPC 26 - Iniciativa de Divulgações:** As alterações ao CPC 26 oferecem orientações com relação à aplicação da materialidade na prática. A aplicação das alterações ao CPC 26 não causou impactos relevantes sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. **3.8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A Companhia não adotou as IFRS novas ou revisadas a seguir: a) **IFRS 9 - Instrumentos financeiros:** O IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requisitos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. b) **IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** A IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o qual atual de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) - "Receitas, CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (1) identificação do contrato com o cliente; (2) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações

adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração. **- Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pela site da BM&FBOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Saldos bancários	107	71
Fundos de investimento (a)	1.099	4.054
Total	1.207	4.125

a) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 100,4% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos financeiros, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

O saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Industrial	1.198	—
Faturado	1.198	—
Operações realizadas na CCEE	27	—
Concessionárias e permissionárias	1	—
Total	1.226	—

7. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	21	23
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	6	—
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	109	52
Programa de integração social - PIS	14	—
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	63	—
Total	212	75

8. OUTROS CRÉDITOS

	Circulante	Não Circulante
	31/12/2016	31/12/2015
Cauções, fundos e depósitos vinculados	27	2.386
Aidantamentos a funcionários	1	—
Total	28	2.386

Em 2016 a Companhia realizou aplicações em fundo privado para ofertá-lo como garantia em suas operações realizadas junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

9. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

	31/12/2016	31/12/2015
Crédito (Débito) de contribuição social		
Diferenças temporariamente indedutíveis	—	5
Subtotal	—	5
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Diferenças temporariamente indedutíveis	1	14
Subtotal	1	14
Total	1	18

9.2 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2016 e 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
	CSLL IRPJ (543)	CSLL IRPJ (543)
	—	(60)
	(543)	(543)
	175	95
	9%	25%
	9%	25%
	49	136
	(16)	(24)
	(54)	(149)
	(5)	(13)
	(16)	(24)
	(21)	(37)
	(5)	(13)
	(5)	(13)
	(16)	(24)

10. FORNECEDORES

	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de serviço do sistema	20	—
Suprimento de energia elétrica	888	—
Materiais e serviços	15	84
Total	923	84

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	599	—
Folha de pagamento	1	—
Participação nos lucros	2	—
Total	603	—

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é de R\$ 4.010 dividido em 4.010.000 ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, pela CPFL Comercialização Brasil S.A. **12.1 Dividendos:** Em 03 de maio de 2016 houve pagamento de dividendos pela Companhia no valor de R\$ 96. **12.2 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Em 2016, não houve distribuição de dividendos pela Companhia, uma vez que a Companhia não gerou lucro líquido. **12.3 Prejuízo Acumulado:** A Companhia apresenta no exercício de 2016, um prejuízo acumulado de R\$ 555.

13. LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO

Lucro/prejuízo por ação - básico e diluído: O cálculo do prejuízo por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2016 foi baseado no prejuízo líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias durante o exercício apresentado.

	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(562)	135
Média ponderada das ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	4.010.000	153.808
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	(0,14)	0,88

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016	2015
Receita de operações com energia elétrica		
Classe de consumidores		
Industrial	1.836	—
Fornecimento de energia elétrica	1.836	—
Energia elétrica de curto prazo	36	—
Suprimento de energia elétrica	36	—
Total da receita operacional bruta	1.872	—
Deduções da receita operacional		
PIS	(31)	—
COFINS	(142)	—
	(173)	—
	1.699	—

15. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh	R\$ mil
	2016	2015
Energia comprada para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	14	—
Crédito de PIS e COFINS	—	(247)
Subtotal	14	2.425
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		
Encargos de serviço do sistema - ESS	29	—
Crédito de PIS e COFINS	(3)	—
Subtotal	26	—
Total	2.452	—

16. DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	246	111
Depreciação e amortização	6	—
Outros	11	8
Arrendamentos e aluguéis	9	8
Legais, judiciais e indenizações	1	—
Outros	1	—
Total	264	119

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Receita operacional líquida	14	1.699	—

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de cortes de carga adicionais. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Controladora mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Controladora utiliza-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Controladora está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia estão suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Controladora tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível	31/12/2016		31/12/2015		
				Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(1)	Nível 1	1.207	1.207	4.125	4.125
					<u>1.207</u>	<u>1.207</u>	<u>4.125</u>	<u>4.125</u>

Categoria: Mensuração:
 (a) - Valor justo contra o resultado
 (1) - Mensurado ao custo amortizado
a) Valorização dos instrumentos financeiros: O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data

de mensuração. O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **b) Análise de sensibilidade:** Em consonância com as normas contábeis brasileiras, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI), conforme demonstrado: **b.1) Variação das taxas de juros:** Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2016 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 13,94%), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 3.512. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução (aumento)	
			Elevação/Redução de índice em 25% (a)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	3.512	baixa CDI	(78)	(178)
Total	3.512		(78)	(178)

(a) Os índices de CDI, IGP-M, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 11,40%, 4,72%, 7,50%, 4,82% e 11,55% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais foram aplicados sobre os índices no cenário I. **c) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em

31 de dezembro de 2016, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

	Nota explicativa	Menos de 1 mês
31/12/2016	11	923
Fornecedores		923
Total		923

21. FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

Aquisição acionária da Controladora CPFL Energia pela State Grid International Development Limited: Em fato relevante divulgado ao mercado em 1 de julho de 2016, a CPFL Energia divulgou que recebeu de seu acionista controlador Camargo Corrêa S.A. ("CCSA") uma comunicação sobre proposta recebida da State Grid International Development Limited para a aquisição da totalidade de sua participação societária vinculada ao bloco de controle da Controladora. Em 2 de setembro de 2016 a CPFL Energia recebeu da CCSA correspondência confirmando a assinatura do contrato de aquisição. Em 23 de novembro de 2016, a CPFL Energia divulgou fato relevante informando que a ANEEL aprovou, naquela data, o pedido de anuência para a transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos acionistas integrantes de seu bloco de controle ("Acionistas Controladores") à State Grid Brazil Power Participações Ltda. ("State Grid"), subsidiária brasileira da State Grid International Development Limited. Esta autorização era a última condição precedente para a ocorrência do fechamento da transação e a consumação da transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos Acionistas Controladores à State Grid. Em 23 de janeiro de 2017, a CPFL Energia divulgou fato relevante informando que recebeu, naquela data, correspondência da State Grid Brazil Power Participações Ltda. ("State Grid Brazil") informando que naquela data, foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações datado de 02 de setembro de 2016 e celebrado entre a State Grid Brazil, à Camargo Corrêa S.A., à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, à Fundação CESP, à Fundação Sistel de Seguridade Social, à Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, à Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV, e certas outras partes. Após a finalização da transação, a State Grid Brazil se tornou a controladora da CPFL Energia com 54,64% (556.164.817 ações, diretas ou indiretas) do capital votante e total da CPFL Energia. O preço total pago para a aquisição direta e indireta das ações foi de R\$ 25,51 por ação, totalizando aproximadamente R\$ 14,19 bilhões. Como o fechamento ocorreu em 23 de janeiro de 2017, após todas as condições precedentes serem atendidas, esta transação não gerou impactos na estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

Contabilidade

KARIN REGINA LUCHESI Diretora Superintendente	WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS Diretor	CLAUDIO KASUO YAMAMOTO Gerente de Serviços Contábeis e Fiscais - CT CRC 1SP220099/O-0
GUSTAVO ESTRELLA Diretor		

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da CPFL Brasil Varejista S.A. - **Campinas - SP - Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da CPFL Brasil Varejista S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Brasil Varejista S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado** - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida para companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a

auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e coletivas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
Christian Canezin
 Contador
 CRC nº 1 SP 237470/O-9

